



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Aprovada, Em 2-12-59

João Gomes Sobrinho  
Presidente

ATA da segunda sessão da quarta reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, realizada no dia 4 de novembro de 1959.

Presidência do Exmo. Governador Pedro Moreno Gondim.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e cinquenta e nove, na sede do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, Edifício Teresa Cristina, 13º andar, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, às nove horas, presentes os Conselheiros Pedro Moreno Gondim, Governador do Estado da Paraíba; José Guimarães Duque, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Francisco Alves de Andrade e Castro, representante do Governador do Estado do Ceará; José Vicente de Oliveira Martins, representante do Governador do Estado da Bahia; José Alcísio de Campos, representante do Governador do Estado de Sergipe; Emiliano Macieira, representante do Governador do Estado do Maranhão; Beroaldo Maia Gomes Rêgo, representante do Governador do Estado de Alagoas; Lael Sampaio, representante do Governador do Estado de Pernambuco; Pedro Alves Camelo, representante do Ministério da Fazenda; João Gomes Sobrinho, representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; Coronel Afonso Augusto de Albuquerque Lima, representante das Forças Armadas; Gilberto Freyre, representante do Ministério da Educação e Cultura; Fernando de Oliveira Mota, representante do Banco do Nordeste do Brasil; Oscar Espíno-la Guedes, representante da Comissão do Vale do São Francisco; Mário Magalhães da Silveira, representante do Ministério da Saúde; Osvaldo Bastos de Menezes, representante do Ministério da Agricultura e Celso Monteiro Furtado, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Diretor Executivo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, secretariado por Osmário Alifait Lacet, Assessor Especial do CODENO, teve lugar a segunda sessão da quarta reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. O Sr. Presidente após abrir a sessão proclamando ser a pauta o estudo de diretrizes para o Plano de Emergência a ser considerado pelo CODENO em função de uma possível seca, concede a palavra ao Conselheiro Celso Furtado que inicia sua exposição dizendo que o objetivo da Diretoria Executiva ao colocar em pauta este problema do Plano de Emer



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

gência, está ligado ao fato de que o referido plano deve estar pronto até fins do próximo mês de dezembro, Esclarece que a Diretoria Executiva, por determinação do Conselho Deliberativo oficiou aos distintos órgãos que têm responsabilidade no Nordeste no que diz respeito a obras de emergência, solicitando-lhes tôdas as informações relacionadas com a seca do ano de 1958, adiantando que o órgão que tem maior responsabilidade na matéria, que é o DNCCS, ainda não enviou as informações pedidas, se bem tenha sido a solicitação reiterada no começo deste mês, em novo ofício da Diretoria Executiva. Informa que, por outro lado, obteve valiosas informações e relatórios, particularmente do 1º Grupamento de Engenharia, do Banco do Nordeste do Brasil, que enviaram sugestões metodológicas para um plano a ser executado - no caso de seca no próximo ano. Analisa, detidamente, o problema, ressaltando a necessidade de se preparar as diretrizes e elaborar o Plano de Emergência à luz das respostas ao questionário enviado no dia 12 de agosto, cujas informações poderiam permitir a elaboração de um plano. Diante da evidência, apela para o representante do DNCCS presente à reunião, para que seja enviada com a urgência indicada a informação pedida. O Conselheiro José Guimarães Duque com a palavra, diz que a sua experiência de vinte e oito anos, indica que a emergência tende a tornar-se permanente, por isto que, após uma emergência a população volta a um estado de vida pior do que anteriormente. Referindo-se à diretriz de um plano, salienta a valia de um planejamento de colonização, no Maranhão, Piauí, e outros Estados a oeste do Nordeste, o que permitiria a abertura de uma válvula, dando-se empêgo a população ociosa e a população vítima da crise da seca, permitindo esse movimento de trabalho colateral no oeste úmido reforçar a economia do agrário, através do comércio e da produção dessas zonas. Focalizando vários aspectos das secas havidas em 1932 à 1958, diz que o Nordeste não tem tido um "back-ground" econômico que reforce a economia da terra seca. Com a palavra o Conselheiro Mário Magalhães após dizer que a organização de um plano de emergência não implica na realização de emergência e nem de obras de emergência e poderia determinar a realização de obras definitivas, diz que nós estamos face a um problema concreto que é o da possibilidade de uma seca. Impondo a organização desse programa dentro de uma nova perspectiva porque ou nós deixamos o problema da seca e pensamos em enfrentar a seca com idéias novas ou então nós nunca mais sairemos dos programas de emergência - que se traduzem sempre em despesas vultuosas com rendimento duro. O Conselheiro Francisco Alves de Andrade e Castro diz que o Estado do-

J.M.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Ceará tendo em vista o planejamento das medidas de emergência e considerando que esse trabalho constitui tarefa da mais alta prioridade para conduzir racional e economicamente as iniciativas governamentais em face das sêcas, lembra os seguintes pontos: 1º) O plano de Emergência deverá ter em mira a continuidade das obras de açudagem e irrigação, aproveitando, tanto quanto possível, especialmente em relação as estradas, as obras iniciadas na emergência da última sêca. O Ceará o ferece, para este fim, um esboço organizado pelo DAER (Departamento - Autônomo de Estradas de Rodagem), aqui se acha presente o engenheiro Marcelo Sanford, que elaborou este Plano juntamente como nosso Grupo no que tange aos açudes públicos e em cooperação projetados ou em construção a cargo do DNOCS; o que mais se recomenda é o prosseguimento dessas obras e os respectivos canais de irrigação, bem assim os serviços complementares de aproveitamento que jamais deverão sofrer o impacto de retardamento ou suspensões; e no que tange aos açudes públicos ou particulares em cooperação com o Estado, este está promovendo o respectivo levantamento dos projetos; e como haverá necessidade de auxílio financeiro, por parte da União, para ampliação média e pequena açudagem, impõe-se disciplinar o modo das concessões; 2º) A execução de um Plano de Emergência exige, todavia, uma preparação-prévia, não só em relação aos projetos e decisões das respectivas -- prioridades, mas, sobretudo, no que tange ao abastecimento. Este deveria consistir em armazenamento, em pontos estratégicos, do material necessário para as obras, de modo a fornecer prontamente os recursos imprescindíveis. Por outro lado, o que tem infelicitado as obras contra as sêcas há sido a carência de verbas, em tempo oportuno, apenas para atender prontamente ao pagamento de salários aos trabalhadores. É isto que dá lugar a exploração pelo intermediário. Está igualmente, em primeira linha, este problema da disponibilidade de numerário. Se uma solução não se der a esta questão, ocorrerá fatalmente o que vem sucedendo em tôdas as sêcas do Nordeste. Falta numerário para pagar ao proletário e então entra o intermediário, o fornecedor, e aí começa a exploração; 3º) Finalmente, recomenda-se um plano subsidiário, consistente em tentar, desde logo, a organização das fazendas, para resistirem às sêcas e, ao mesmo tempo, executar obras de melhoramento das condições de explorabilidade em condições adversas, dessas -- próprias fazendas. Esse plano dependerá: a) de crédito bancário suficiente e eficiente; b) de mobilização dos trabalhos de fomento à produção vegetal e animal com métodos especializados; c) na mobilização

J.M.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

do serviço de extensão rural como a ANCAR ou organização similar; 4ª) A emergência não poderá perder de vista a ação permanente e definitiva do desenvolvimento econômico da região e, por isto, segundo assevera Tomás Pompeu Sobrinho, a pressa de agir ordinariamente exclui a possibilidade de estudos prévios ou a organização de bons projetos para as grandes obras cuja execução naturalmente apresenta incomuns e graves obrigações. Os técnicos terão de escolher, a princípio, em cada unidade ou Estado dos mais duramente flagelados: Seções Territoriais limitadas, proporcionalmente calculadas, segundo os recursos disponíveis e, sobre eles, operar exaustivamente até transformar suas condições climático-sociais, de modo que cada um se torne um centro de resistência completa contra os efeitos da seca. Semelhantes centros, uma vez constituídos na sua plenitude, não formarão apenas regiões de passiva resistência às secas, transformar-se-iam em largos núcleos de atividades criadoras, sob vários aspectos, conforme as possibilidades fisiográficas de cada zona e poderiam influenciar, com capacidade sempre progressiva, tanto na ordem social como na econômica, política e moral. Em resumo: o que se precisa fazer, segundo aquele eminente, estudioso e experimentado homem, para lutar eficientemente contra as secas, pode ser enquadrado nos itens seguintes: 1ª) ajustamento do meio físico, parceladamente, por áreas relativamente reduzidas e selecionadas; 2ª) uma fórmula apropriada, que atenda preferentemente as regiões mais capazes de uma demonstração clara, segura, integral; 3ª) ajustamento do meio social da área correspondente; 4ª) recrutamento e, sobretudo, preparação judiciosa de técnicos e administradores competentes, para efetivação acertada e econômica dos ajustamentos referidos nos dois primeiros itens; 5ª) amplo trabalho de preparação das elites dirigentes, no sentido de dar-lhe ou aumentar-lhe as necessárias condições de receptividade e uma límpida consciência dos problemas fundamentais da Nação, visando, especialmente, a recuperação cultural do Nordeste, sob muitos e variados aspectos. Em conclusão: a emergência não pode afastar do definitivo. Ao contrário, deve ser como um treinamento para o definitivo e, no seu sentido, é assim que Guimarães Duque recomendou esta manhã para que os 46 órgãos que tratam da produção se reúnam e o CODENO discuta com eles a articulação necessária de fomento, ensino, administração, extensão rural, para que se encontre um denominador comum de trabalho. O Conselheiro Lael Sampaio diz que a seu ver competiria ao CODENO e ao DNOCS estudarem um meio de fazer empréstimos para que se dessem trabalho e realizar determinados serviços, utilizando-se para tanto, o Fundo de Seca que o Plano -

J.M.



5. 125

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

de Emergência tem de ser um Plano à parte para realização de determinadas obras e que pararia quando cessassem os efeitos da seca. O Conselheiro Celso Furtado diz que a discussão já avançou bastante e que estamos todos de acordo sobre o conjunto de idéias preliminares. É a de que o desenvolvimento da região é a única forma, a longo prazo, de resolver o problema da seca, e que a própria economia possa resistir. E que, a curto prazo, a seca constitui um colapso das atividades econômicas, cria desemprego, cria crise de abastecimento, etc., que também devem ser atendidas pelo Governo, como se fosse uma calamidade pública. A discussão, hoje, aqui, visava exatamente a definir as diretrizes e se estamos de acordo de que deve uma política governamental, de curto prazo, para atacar o problema da seca, no caso que ela surja no próximo ano, essa política deve obedecer a certas diretrizes, deve ser programada e, isto é, o objetivo deste Órgão. Eu estou totalmente de acordo como Dr. Guimarães Duque, em que a primeira condição é um mínimo de disciplina administrativa. Se nós estamos, Senhor Presidente, em uma situação como a presente, em que, não obstante, o Senhor Presidente da República haja dado a este Órgão autoridade total, autoridade dele Presidente da República, para solicitar de todos os órgãos de administração quaisquer informações necessárias à elaboração de política para o Nordeste, para tomar medidas etc., e se este órgão oficia àqueles outros órgãos da administração pública, solicitando essas informações e esses órgãos não obedecem, não prestam essas informações, quer dizer, não acatam a autoridade do Senhor Presidente da República, evidentemente chegamos a um grau de afrouxamento da disciplina administrativa em que não é possível governar. Se este órgão não existe com um mínimo de autoridade para solicitar por ofício, como este nosso ofício aqui e, depois de 4, 5 meses não se responde, não obstante as medidas sejam consideradas de urgência, ou para elaborar um Plano de Emergência. Solicitam-se as informações, passam-se os meses e não se recebe nenhuma contestação de órgãos que integram este, que, por obrigação legal deviam responder; nós estamos numa situação em que qualquer plano não vai resultar de forma nenhuma. Partindo do princípio de que a autoridade do órgão se vai estabelecer, de que este órgão terá, evidentemente, a autoridade de que ele necessita para atuar, é que vamos elaborar um programa, porque se não conseguirmos um mínimo de disciplina e de entendimento e de acato à própria autoridade do Senhor Presidente da República, evidentemente, nós estamos perdendo tempo. Mas admitamos que os órgãos realmente cooperem, e que todos cheguem

J.M.



126

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

mos a um acôrdo e que é o Nordeste que está sendo prejudicado por essas atitudes; que são os nossos irmãos do Nordeste os prejudicados e não é o prestígio de nenhum órgão que está em jôgo. Vamos admitir, portanto, que vai se restabelecer a disciplina e que o plano poderá ser atacado. Sendo assim, há um certo número de medidas administrativas preliminares e eu dei ênfase a essas coisas administrativas porque há um certo número de medidas que, de imediato, nós temos de conseguir e que dependem da cooperação de outros órgãos. Primeiramente, a sêca surge como algo post-facto, no Nordeste. O Governô sabe da sêca porque chegam as comissões lá no Rio de Janeiro pedindo os créditos, porque as populações estão invadindo as cidades. Passa o dia 19 de março, e as populações começam a invadir as cidades, há grita etc. e vêm então as comissões que se constituem para ir buscar as verbas, no Rio de Janeiro. Esse fenômeno todos nós conhecemos, pois é exatamente a conjugação dos lados bom e ruim da sêca. A primeira obrigação do Governô, no Plano de Emergência, é êle, Governô, saber que a sêca é irremediável ou altamente provável. Tem que haver um momento do anem que nós tenhamos que saber que o grau de probabilidade da sêca passou do ponto crítico. Nunca é possível saber se a sêca vem. Isto de 19 de março, da superstição sertaneja, é evidentemente um dado do problema, pois nós sabemos que há inverno que começa muito bem depois de 19 de março. Entretanto, também, sabemos que a probabilidade da sêca vai aumentando até chegar a um ponto crítico. Nesse ponto crítico o Governô tem que atuar. Se assim é, a primeira decisão a tomar neste órgão, é que toda informação que nos capacita de acompanhar a precipitação pluviométrica, de saber se a sêca vem ou não vem, que essa informação seja centralizada, seja entregue a êste órgão, como o ano passado, aliás, foi ao Banco do Nordeste em forma piloto; que se já toda ela entregue aqui, com o máximo de urgência. Por exemplo, a informação, a precipitação, até o dia 15 de março, deve estar aqui antes do fim do mês de março. Para que saibamos onde é que a população vai se dedocar, pois isto é perfeitamente possível. O Governô dispõe, por intermédio de vários órgãos do Ministério da Agricultura, do DNOCS, e de outros, de uma série grande de pluviômetros, no Nordeste. O mínimo que se pode desejar é que os dados desses pluviômetros, que são dados precários mas que são úteis, sejam centralizados aqui. Por tanto nós teríamos de chegar a uma primeira decisão: é a de recomendar a todos os órgãos que possuem informação, que possuem postos pluviométricos, para que informem com a máxima urgência, por telegrama, assim como informem ao seu próprio órgão, particularmente, a partir -

J.M.



7. 12"

PRÉSIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

do começo do ano. O segundo problema, Senhor Presidente, é que a sêca é mais, particularmente, vista do ponto de vista de emergência; é mais um problema social do que um problema econômico. Porque a sêca é uma crise de alimentação, o que aparece é o colapso completo da produção de alimentos, e a população que não tem o que comer sua das fazendas, se desloca para as estradas e invade as cidades, e cria todos esses problemas que nós conhecemos, e o Governo sente-se, então, obrigado a abrir as frentes de trabalho para recrutá-la. Portanto, é indispensável que também tenhamos uma informação completa sobre a produção de alimentos, na região, para saber exatamente qual vai ser a consequência da sêca. E se nós queremos atacar o problema, temos de saber em que consiste ele. E, por isto, a segunda recomendação - que solicito que saia desse órgão hoje é de que todos os Governos - dos Estados nos enviem a produção agrícola por municípios dos anos de 1956, 1957 e 1958. É necessário que sejam os próprios Governos - dos Estados porque os departamentos estaduais de estatísticas têm essas informações. É necessário, portanto, que cada Estado faça um pequeno esforço e ponha a nossa disposição esses dados. O objetivo é o seguinte: 1956 e 1957 foram anos normais; 1958 ano de sêca. Vamos, portanto, calcular uma norma de produção agrícola e compará-la com um ano sêco. E aí saberemos, por exemplo, que em determinada região a sêca significa a perda de 40%, 50%, 60% da produção de alimentos. E, portanto, poderemos prever no caso de sêca, em 1960, qual vai ser o colapso de produção de alimentos em cada sub-região, isto é, com os dados pluviométricos já saberemos onde é que incide a sêca, e com os dados de estatística agrícola poderemos estimar, de imediato, a perda da região em termo de produção de alimento. Em segundo lugar, nós teremos de estimar a parte desta produção agrícola relacionada com o potencial demográfico de cada sub-região, ( e isto já temos aqui ) podemos estimar um certo ponto à parte da produção agrícola - que sai da região. É, portanto, saber qual é o esforço de alimentação, de produção agrícola que deverá ser encaminhada para aquê região. O mais importante no caso da sêca seria organizar o abastecimento. O grande problema da sêca e o aspecto calamitoso que assume, inclusive a grande desonestidade que se cria em torno da sêca, é tão relacionada com esse problema de abastecimento. Em terceiro, considero que é indispensável que se faça um levantamento imediato, completo, da capacidade de armazenamento, na região. Eu solicitaria a cada Estado, também, e a cada órgão federal, que nos comuniquem com ab

J.M.



8. 123

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

soluta urgência a capacidade de armazenamento e ensilagem que existe nos Estados do Nordeste. Não obstante, o Estado de Pernambuco - tem uma capacidade grande, aliás, sub-utilizada neste momento; o Estado da Bahia também tem uma capacidade grande. Com esse objetivo - foi convocada no Rio de Janeiro, a reunião de armazéns e silos para fazer uma primeira estimativa e para estudar uma política neste terreno. Vamos sugerir no Plano de Emergência: O Governo Federal - possui o Fundo de Sêcas. Todos nós sabemos que o Fundo de Sêcas está constituído daquele 1% da arrecadação federal, e sendo que 80 % desse Fundo de Sêcas já é entregue ao Banco do Nordeste, que tem aí uma das principais fontes de recursos financeiros. E 20% fica, acollado, à disposição do Senhor Presidente da República, para utilização mais ou menos da decisão pessoal dele. Considero que esse Fundo de Sêcas devia estar à disposição do Nordeste, particularmente esses 20% que ficam lá, no Governo Federal, deviam estar à disposição do Nordeste, para realmente ser utilizado, de forma permanente, para reforçar a economia da região. Este ano ela está sendo entregue para serviço água em várias cidades, ela, aliás, é entregue mais - do que devia ser. Eu penso o seguinte; o primeiro passo no Nordeste, de uma política para dar mais resistência à economia, para enfrentar uma sêca, seria ter aqui uma reserva de alimentos. É óbvio, quando vem a sêca há um colapso de 80% na produção de alimentos, em certos Estados e vem, de imediato, o grande problema de onde vamos buscar alimentos, de onde ir buscar no sul. A primeira etapa seria criar uma maior resistência no lado da oferta de alimentos e ter - um núcleo aqui permanente. Suponhamos que esse Fundo de Sêcas, esses 20% que, hoje em dia, se utiliza para fazer um serviço de água, aqui, para resolver o problema acolá, fosse mobilizado para financiar um estoque de alimentos que fosse localizado no Nordeste, e - constituísse uma primeira linha de defesa. Suponhamos, por exemplo, que toda a rede de armazéns e silos, no Nordeste, que, hoje em dia, deve ter a capacidade de 100 mil toneladas, fosse utilizada, na primeira etapa, 20% dela fosse mobilizada pelo Governo e que aí fosse constituído um fundo rotativo que servisse ao Governo na hipótese - de sêca. Seriam 25.000 t. de alimentos e caberia ao Governo apenas a carga financeira correspondente a essas 25.000 t. Essa carga financeira poderia ser imputada ao Fundo de Sêca. Não há nada mais nobre para o Fundo de Sêcas do que cobrir um gasto financeiro dessa ordem. Porque em caso de sêca teríamos já 25.000 t. de alimento, na região,



J.M.



9. 129

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

para serem encaminhados diretamente a regiões afetadas. Pensem, os Senhores, no outro lado do problema, porque a seca é um problema - de falta de alimentação e um problema de falta de trabalho. Os homens não poderiam comprar alimentos porque não tinham dinheiro e - então o Governo cria trabalho para eles. Mas, quando o Governo vai criar trabalho não pode efetivamente utilizar essa força de trabalho porque não tem instrumentos de trabalho. Então há o outro lado da operação que é ter um estoque de instrumentos, na região, de implementos agrícolas, que possam, de imediato, transformar essa força de trabalho potencial em trabalho efetivo, e que não ocorra o - que ocorreu na última seca; quando vimos aquela massa de homens esperando que fôsse comprado, no sul do Brasil, umas picaretas e umas pás, que chegavam aqui 2 ou 3 meses depois. Portanto, financiar - também esse grande estoque de implementos agrícolas podia ser tam- bém o objetivo do Fundo de Secas. O Fundo de Secas deve ser utiliza- zado para financiar esses estoques de operação, na região, de ali- mentos e de implementos agrícolas. Eu posso informar que os Bata- lhões têm hoje implementos agrícolas (eu visitei os depósitos, que representam uma capacidade de trabalho para 80.000 homens) que é uma primeira linha de defesa se amanhã tivéssemos de empregar 80.000 flagelados, no Nordeste, eles não ficarão soltos no campo como na- seca de 1958. Já existem implementos para isto. Mas nós sabemos - que isto é pouco. Temos de pensar, digamos, é uma massa que permita, pelo menos, 250 mil pessoas empregadas, o que seria o normal numa seca. Como vêem os Senhores, há muitas idéias que, podem ser enfa- i xadas em um primeiro plano, em uma primeira exposição, ordenadamen- te; e essa exposição deve ser completada por um conjunto de medi- das que possam ser transformadas em algo concreto, de imediato, uma vez convocado o Estado Maior que vai orientar o Governo, no caso - de seca. O código de obras, como sugere o Banco do Nordeste, é uma coisa fundamental, é aquilo a que se referia o Conselheiro Mário - Magalhães. É o que deve ser utilizado na emergência, mas é algo per- manente. Para isto, é indispensável ter aquilo que os americanos têm, que outros países têm, no que diz respeito a uma crise cíclica. É um conjunto de obras que possa, automaticamente, ser utilizado para dar emprêgo, numa certa região. Porque, hoje em dia, é sabido que - uma crise econômica se localiza e pode haver um tremendo desempre- go. Este mapa de obras a serem executadas tem que estar perfeita - mente equilibrado em toda a região. Esse código de obras só pode - ser realizado se todos os órgãos que cooperam se reunam; os técni-

J.M.



10.130

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

cos enumerem tôdas as suas obras e, para cada uma delas, estimem-  
o número de pessoas que poderiam ser absorvidas e, por outro lado,  
o número dos implementos de trabalho de que necessitariam porque-  
é com base nisto aí que iremos estudar a oferta de alimentos. Por  
que no caso em que se começassem as obras, teríamos, automaticamen-  
te, de providenciar e organizar os fluxos de alimentos para a regi-  
ião. E há um outro problema que eu considero de grande importân-  
cia que é o de saber como se vai organizar a oferta de alimentos.  
Hoje em dia, ocorre o seguinte: o Governo, como não tem plano de-  
emergência, não tem plano de financiamento; como não tem plano de  
financiamento, quando a sêca começa é que se vai pensar na mobili-  
zação dos recursos financeiros e se permite, evidentemente, a o-  
ferta de emprêgos, se permite que os órgãos recrutem mão-de-obra,  
abram fonte de trabalho, antes que sejam entregues os recursos fi-  
nanceiros. Na sêca passada é sabido que os Batalhões, o Grupamen-  
to de Engenharia se negou a recrutar mão-de-obra antes de receber  
o dinheiro. Mas outros órgãos, por vários motivos, começaram a a-  
ceitar mão-de-obra em grande escala antes de ter os recursos. Daí,  
resulta uma coisa muito curiosa é que como se dá emprêgo, digamos,  
a 50 mil pessoas numa região sem dinheiro, alguém tem que finan-  
ciar isto. Esse alguém é essa figura que é o financiador da sêca,  
o fornecedor. Esse fornecedor é que vai financiar a sêca, porque o  
Governo não chegou com recursos financeiros no momento preciso. O  
Conselheiro Pedro Gondim diz que: aqui muito se falou na experiên-  
cia de 1958. Realmente, essa experiência de 1958 deve servir de o-  
rientação para todos nós. Os defeitos maiores já foram todos foca-  
ligados aqui, por um e por outro Conselheiro. O problema do dinhei-  
ro preocupou logo o Conselheiro Oscar Guedes e preocupou, muito -  
bem, em boa hora, porque a falta de dinheiro deu todo aquêles cor-  
tejo de más consequências, que foram aqui ventilados. Não se pode  
pensar numa emergência sem ter os recursos à mão. Citou-se, também,  
o caso do Grupamento de Engenharia que organizou o serviço na pro-  
porção dos recursos e evitou, assim, que esses recursos fôsem -  
pouco eficientes. Aqui temos, naturalmente, que pensar nessa emer-  
gência, na base de posse dêsses recursos. Acredito que não esteja-  
mos autorizados a esperar que a própria emergência se processe -  
dentro de uma melhoria e do rendimento na bilola do que se aspira e  
do que se quer, no que está no propósito de todos os Conselheiros.  
Onde já se vê que esses esforços devem ser consequentes. Falou o

J.m.



11131

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

dr. Guimarães Duque nessa possibilidade de deslocamento, que é absolutamente necessário, mas acredito que ficou implícita na sua palavra a necessidade de se ter também emergências condicionadas em cada local, porque essa transferência não seria possível. Por isto mesmo, por essa experiência de 1958, eu trouxe aqui, para uma contribuição que vou deixar nas mãos do Dr. Celso Furtado, que foi feita justamente pelo Departamento de Agro Rurais, através de seu corpo de técnicos e que poderá servir de subsídio de valo-r relativo. Mas poderia, aqui, focalizar logo o problema que nos afligiu na Paraíba naquela oportunidade, que foi o do abastecimento d'água. E como se tomou providências definitivas, ela surtiu o devido efeito. Por exemplo, na zona de Curimataú de Solânea Bananeiras, Araruna, onde a água se foi buscar a 10 léguas, hoje eu tenho água e reservada para prevenir uma sêca, feita à base de água nos grandes tanques de pedras. A natureza ajudada pela mão do homem e feitos os tanques, onde a água está absolutamente reservada. No Curimataú de Araras não há esse problema d'água, assim como no Agreste de Esperança, mas porque a medida foi decisiva. Aquêles pouquinho de dinheiro que se pagou foi empregado de modo absolutamente correto e lá ficou o reservatório d'água; no Curimataú, por exemplo, nós não podíamos esperar outra modalidade. Pode ser arcaico, pode ser anacrônico essa questão de se fazer reservatório à base de grandes tanques de pedra, mas é a única solução, porque os lençóis dos rios são todos de água salgada. Se se cava, tem água salgada; se se faz a barragem é água salgada; se se faz o açude, a água que acumula é quimicamente dura ou salgada. De forma que esse problema eu ataquei por êste ângulo e onde eu o ataquei tive a obra concluída e já tenho, hoje, água armazenada pra esta emergência de que nós estamos nos aproxi-mando. Entretanto, noutros municípios onde isto não se fez, já estamos com o problema de água potável. Essas experiências já estã-nas mãos de todos os administradores. Vamos ver agora, sobretudo aqui; o Diretor Executivo, pelo seus assessores, está mais ou menos capacitado a atacar o problema com profundidade e com efeito absolutamente duradouro. O que nos preocupa é a questão de recursos na hora oportuna, para serem empregados fóra daqueles defeitos que se falou. Foi uma ótima observação que o dr. Celso fez, eu tive a oportunidade, de mais de uma vez, visitar o Grupamento de Engenharia, e vi como está todo o equipamento, absolutamente engatilhado, em têrmo de atacar o serviço e isto é jutamente o que precisa se repetir com os demais órgãos. Os efeitos da sêca já são todos conheci-

J.M.



12.132

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

dos, não vamos debatê-los aqui. Esse pequeno plano foi feito na base de experiência passada e feito pelo Órgão que arca com a responsabilidade de solução dos problemas de Curimataú e do Cariri e voltarei, quando possível, com respeito ao restante da zona. Mas é bom salientar que quase todos os municípios já têm teses estudadas de velha data. Quase todos os municípios paraibanos têm açudes estudados há 4 ou 6 anos e açudes que poderão ser atacados, em regime de prêmio, porque não ficavam pesando só e exclusivamente nas arcas do tesouro nacional, porque teria a colaboração do próprio fazendeiro. O que precisa é justamente arrancar esses projetos da fase de mera autorização para execução; porque na Paraíba, por exemplo, nós temos dezenas e dezenas de açudes já estudados, localizados, e já adiantados, até onde pôde o DNOCS adiantar. O que falta é a liberação e a entrega efetiva dos recursos para essas obras. O Conselheiro Celso Furtado adianta que outra idéia, que está aqui no plano do Banco do Nordeste, é de que cada município poderia, também, elaborar o seu pequeno catálogo de obras locais, da pequena zona urbana, para que se pudesse utilizar. A cooperação dos Estados tem muita importância nisto. É de imensa importância porque esse tipo de catálogo de obras, de um município, por exemplo, só os Estados podem fazer. O Conselheiro Afonso Albuquerque diz que para se tornar objetiva essa idéia, convém por em execução quem vai elaborar o plano, colhendo todos esses dados. O Conselheiro Celso Furtado esclarece que é exatamente o que nós hoje estamos pensando. O meu objetivo é o seguinte: primeiramente, os órgãos que não deram a sua contribuição, que não apresentaram seus relatórios etc., que os apresentem no decorrer da próxima quinzena e que, de imediato, à base de que já existe, o grupo de trabalho começasse a operar. Já temos representante do DNER, do Banco do Nordeste, temos dos Batalhões, temos do CODENO. O grupo vai, com base nos estudos feitos, estabelecer as diretrizes, fazer o plano. Agora, em segundo lugar, no que diz respeito ao catálogo de obras, ele vai ver o que já existe no DNOCS, DNER, etc., e depois, em cada Estado, vai levantar os dados necessários. Tem que se insistir, porque daqui até o fim do ano tem que se ter o plano completo. O Engenheiro Marcelo Sanford fez exposições deste plano e eu gostaria que ele desse algumas explicações necessárias a este Conselho. O Engenheiro Marcelo Sanford, com permissão para usar da palavra, declara que nos outros Estados do Nordeste deve acontecer a mesma coisa que acontece no Ceará. Lá no Ceará existe cerca de 90, mais de 90 estradas atacadas, que não foram



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

concluídas. Todas estas estradas têm os seus projetos ou feitos pelo DNER ou pelo DAER, pelo DNOCS. Algumas daquelas obras foram executadas 30%, outras 60%. No caso do Ceará, seria muito fácil catalogar um grande número de obras, em todo o Estado, que já podem ser atacadas de imediato. Todas elas enumeramos aqui. Deve existir talvez muito mais de um bilhão de cruzeiros que, desde 1951, vem se jogando fora. Em 1951 houve uma sêca: começaram-se várias estradas. Em 1953, perdurou a sêca. Não se concluiu aquelas e se começaram outras. Em 1958, muitas dessas iniciadas em 51 foram abandonadas. E, assim, deve existir mais de um bilhão perdido que poderia ser facilmente recuperado na próxima emergência. E isto que está aqui catalogado, dividindo o Estado em várias zonas, se fôsse executado talvez se pudesse recuperar um bilhão e meio de cruzeiros, que foram jogados fóra. O Conselheiro Fernando Mota, com a palavra, diz que deseja passar às mãos do Senhor Diretor Executivo um anexo dessas normas para discussão que o Banco do Nordeste elaborou e que consta da circular que o Banco já enviou a todos os gerentes, no sentido de que êle entrasse em entendimentos com os proprietários, a fim de se informar quais os projetos que tem para uma pequena açudagem a ser financiada pelo Banco, e, de imediato, informar à CARUR para que as providências sejam tomadas nessa emergência. De maneira que, sobre esse aspecto, nós já estamos procurando nos a parrelhar para dar nossa contribuição no momento. O Conselheiro Celso Furtado diz que o que nos interessa é a informação no momento oportuno. A começar de janeiro até maio, ter a informação semanal, ter o curso da sêca na mão. O que interessa, de imediato, é saber-se os órgãos do DNOCS e do Ministério da Agricultura poderiam dar essa informação com rapidez. Faça, portanto, um apêlo aos Representantes do DNOCS e do Ministério da Agricultura, para que nos informem, com a máxima urgência, sobre a maneira mais prática de obter essa informação aqui no CODENO, semanalmente, por rádio ou telégrafo. O Grupo de Trabalho fica constituído para começar a trabalhar imediatamente. Temos já os representantes do DNER, das Forças Armadas, aqui do CODENO, da Comissão do Vale e então ficaria faltando apenas o representante do DNOCS. Nós fazemos um apêlo para que êle seja designado. O Conselheiro Gilberto Freyre, com a palavra, diz que no caso de haver deslocamentos de populações, deslocamentos intra regional de populações, que creio seja a idéia do professor Duque, com a qual estou plenamente de acôrdo, quer me parecer que, desde já, se deve solicitar a colaboração de um sociólogo, especializado em estudos de populações e que possa orientar a

J.M.



147

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

preparação sociológica e psicológica de populações que devem ser deslocadas. Quer me parecer que este é um aspecto importantíssimo do problema. Problema semelhante está sendo cuidada da melhor maneira pelos holandeses, com a atual conquista de terras ao mar, e podemos nos inspirar nesse exemplo europeu. Populações que eram do litoral estão passando a ser, na Holanda, populações do interior. É que vários grupos, outrora de pescadores, preferem conservar-se no seu antigo lugar de residência a ir para o novo, à beira-mar. Está se fazendo, então, uma preparação psicológica e sociológica dessas populações para um novo meio e uma nova atividade que será, no caso, uma atividade agrária em vez de uma atividade marítima. No caso de um movimento intra-regional, no Nordeste, de deslocamento de populações do Nordeste árido para o úmido, essa preparação poderia se fazer através de uma orientação geral, a ser esboçada por um sociólogo idôneo e através de professores médios e primários. As populações a ser deslocadas serão assim inteiradas -- das novas condições não só ecológicas como sociais, onde deverão se fixar. É um ponto, repito, que merece a nossa consideração, desde já. O Conselheiro Guimarães Duque, adianta que as considerações do professor Gilberto Freyre vêm muito a propósito. Nós temos tido, no Brasil, muitos fracassos de colonização agrícola; eu conheço pessoalmente diversos. No Piauí, por exemplo, tem 2 bastante clássicos e esses fracassos eles resultaram simplesmente do fato de que as populações foram tratadas como se trata o gado dentro do curral. Acontece que o homem reage, mesmo ignorante ele pensa a seu modo, e essas colônias, elas têm fracassado exatamente por falta desse trabalho preparatório a que se refere o professor Gilberto Freyre. Nós precisamos ganhar muita experiência em matéria de colonização. O Brasil, de um modo geral, tem uma grande área a ser colonizada. E uma população em expansão demográfica requer trabalhos, de agora em diante, cada vez maiores, de colonização. E essas colonizações não podem estar mais sujeitas aos erros do passado. Porque elas vão ser colonizações de grande escala. Elas precisam ser definitivamente preparadas com antecedência, não só os estudos locais como eles serão feitos, levantamentos aero-fotogramétricos, uma série de outros trabalhos e, também aquela preparação do homem para o modo de vida permanente e aceitar aquele trabalho como uma salvação para ele. Eu acho isto muito sábio e creio que o CODENO, com essa idéia, pode, no futuro, avançar trabalhos de grande alcance econômico e social para o Nordeste. O Conselheiro Celso Furtado esclarece que gostaria de informar que já estamos em contacto com o Instituto Joa -



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

quim Nabuco, que já tive oportunidade de visitar, e que é o órgão indicado para nos dar essa ajuda técnica. Considero que no nosso Plano de Emergência, na medida que nos avancemos e nos integremos no grande plano de colonização, que não abordei aqui, não porque não o considere de imensa importância, mas porque sei que custa muito dinheiro e não vejo ainda a forma de poder financiar isto.. Quando surgir a possibilidade de financiar grandes planos de colonização, eu sou um dos adeptos fervorosos do deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. De fazer crescer o Nordeste. E para isso a ajuda do sociólogo tem que estar em primeiro plano e, felizmente contamos aqui já com instituições aparelhadas e capacitadas para nos dar essa ajuda. E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente dá por encerrada a sessão às 17.30 horas, do que para contar, eu, Osmário Alifait Lacet, lavrei a presente ata que assino com o Sr. Presidente.

Salvador, 2 de dezembro de 1959

Jurney de Aguiar  
Primeiro Vice-Presidente